



AMAZÔNIA: JORNALISMO EM CHAMAS

RSF

REPÓRTERES
SEM FRONTEIRAS

SUMÁRIO

Prefácio	
A emergência climática e jornalística.....	3
INFOGRAFIA > O mapa dos ataques contra a liberdade de imprensa.....	4
1 Um ambiente hostil ao jornalismo.....	6
1/ O desafio da geografia e da infraestrutura.....	6
2/ Ingerências políticas e concentração midiática.....	7
3/ O peso dos agentes privados.....	8
4/ Assuntos “proibidos”.....	9
2 “Um alvo no peito”.....	10
1/ Violências físicas e ameaças cotidianas.....	10
INFOGRAFIA > O ecossistema midiático.....	14
2/ Ataques digitais e desinformação.....	15
3/ Pressões econômicas.....	15
4/ A inércia do Estado para proteger os jornalistas e responsabilizar seus agressores.....	16
3 Proteger e fortalecer o jornalismo local.....	18
1/ Iniciativas de autoproteção.....	18
2/ O desafio da independência econômica.....	18
3/ A luta contra a desinformação.....	20
4/ Práticas inovadoras em articulação com a sociedade civil.....	20
4 E agora?.....	23

Secretário-geral: Christophe Deloire
Editora-chefe: Anne Bocandé
Editoras: Anne-Laure Chanteloup e Rouguyata Sall
Diretor do Escritório da RSF para a América Latina: Artur Romeu

Autor: Daniel Giovanaz
Pesquisa: Ariel Bentes e Catarina Barbosa

Colaboraram com este estudo: Alberto César Araújo, Bruno Tadeu, Coletivo Ponta de Lança, Damilly Yared, Daiene Mendes, Edilberto Sena, Emily Monteiro Costa, Evilene Paixão, Fábio Pena, Fábio Pontes, Felipe do Mato, Gabriel Abreu, Instituto Socioambiental, Isabelle Maciel, Leonardo Milano, Marcos Salesses, Rayane Penha, Rubens Valente, Rudja Santos, Valéria Oliveira e Vilso Santi.

Imagem de capa: Michael Dantas
Infografias e diagramação: Elizângela Araújo/Hiperativa Comunicação Integrada



Apoio: Embaixada dos Países Baixos

Setembro de 2023



© Alberto César Araújo/Amazônia Real

PREFÁCIO

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E JORNALÍSTICA

A Amazônia é uma das regiões do mundo mais diretamente confrontadas com o desafio climático. Ao senso de urgência para a preservação ambiental se opõem interesses econômicos, com consequências desastrosas. É provável que a crise que esse território enfrenta se agrave nos próximos anos. Um risco para a floresta, para o Brasil e para o mundo.

Para entender o que está acontecendo, precisamos de informações confiáveis que venham diretamente dos territórios. A luta por um jornalismo local, livre, plural e independente está, portanto, intimamente ligada à agenda climática. Os jornalistas da região sofrem com a precarização da infraestrutura – em termos de transporte ou acesso à internet, por exemplo – e com a ausência de recursos financeiros adequados. Quando fazem coberturas sobre temas ambientais, os jornalistas e comunicadores são confrontados cotidianamente com ameaças e violências, decorrentes de um cenário político polarizado e instável. As pressões econômicas e as estratégias de intimidação por parte de autoridades públicas agentes privados também compõem esse cenário.

Em outubro de 2021, a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), juntamente com mais de 60 jornalistas especializados na cobertura de temas ambientais em diversos países, lançou um apelo pelo respeito ao direito de informar sobre questões ambientais. Diante da intensificação dos desafios, este relatório apresenta a dimensão dos ataques à liberdade de imprensa na Amazônia Legal. Mas também põe em evidência as formas como jornalistas e comunicadores locais estão se organizando para enfrentá-los. Este trabalho serve como um lembrete da necessidade urgente de políticas públicas ambiciosas para promover um ambiente mais favorável ao jornalismo na Amazônia.

O MAPA DOS ATAQUES CONTRA A LIBERDADE DE IMPRENSA

Entre o dia 30 de junho de 2022 e o 30 de junho de 2023, a RSF registrou 66 casos de ataques contra a liberdade de imprensa nos nove estados que integram a região da Amazônia Legal: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Amapá e Acre.

Esses dados consideram agressões físicas, assédio e ameaças. Eles foram coletados por um projeto de observatório desenvolvido pela RSF com o apoio de jornalistas e organizações da sociedade civil da região.



i Na Amazônia Legal são mais de 420 Terras Indígenas, além das duas que estão identificadas no mapa. Elas cobrem uma área equivalente a cerca de 23% do território.



A AMAZÔNIA LEGAL

Ocupa **5 milhões** de quilômetros quadrados = **61%** do território nacional

Conta com **30 milhões** de habitantes = **14,7%** da população total do país



Manaus e **Belém**, as duas maiores cidades da Amazônia brasileira, concentram o maior número de ataques registrados contra jornalistas na região ao longo do período analisado.



Um helicóptero e um avião sobrevoam a região de Homoxi, na Terra Indígena Yanomami. © Bruno Kelly/Amazônia Real

1 | UM AMBIENTE HOSTIL AO JORNALISMO

A Amazônia Legal abrange um território de mais de 5 milhões de km², com alguns dos recursos naturais mais importantes do mundo. Um território ameaçado pela pecuária extensiva, pela expansão das terras agrícolas e pela mineração, os poderes políticos e econômicos da Amazônia brasileira agem há décadas baseados em uma lógica de violência e pressão sobre aqueles que se opõem aos seus interesses. A preservação das florestas e culturas locais ainda é vista por muitos dos líderes da região e seus cúmplices regionais e internacionais como um freio ao desenvolvimento. Jornalistas e comunicadores que trabalham diariamente nessa região, bem como aqueles que se deslocam de outras partes do Brasil ou do mundo para realizar suas coberturas, são confrontados com a imensidão da área e a complexidade das relações com os poderes político e econômico.

1/ O DESAFIO DA GEOGRAFIA E DA INFRAESTRUTURA

A Amazônia Legal cobre cerca de 61% do território brasileiro e abrange nove estados. Em uma área tão vasta, viajar é particularmente caro. Há locais onde só é possível chegar de avião ou barco, após longas horas de viagem. “Nunca nenhum repórter pisou em Riozinho do Iaco no Acre, por exemplo”, afirma Alana Manchinieri, gerente de comunicação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Para chegar ao território, saindo de Manaus, é preciso “pegar avião, sete horas de carro, mais quatro horas de barco. Quando a estrada está seca e boa para tráfego, o rio está baixo demais para navegar, então tem que empurrar a canoa”.

Elaíze Farias, cofundadora e editora de conteúdo da agência de jornalismo investigativo *Amazônia Real*, com sede em Manaus, uma das duas principais metrópoles urbanas na Amazônia Legal junto com Belém, conhece bem os desafios logísticos da região. Para produzir reportagens sobre o avanço da mineração, o desmatamento e a invasão de terras indígenas por grandes empreendimentos, a agência precisa se deslocar até a área impactada. A complexidade dos deslocamentos, que envolvem frequentemente transportes por via terrestre, fluvial e aérea envolvem grandes custos. Elaíze cita como exemplo os sobrevoos que a *Amazônia*

Real realizou em 2021, para a reportagem investigativa “Ouro do Sangue Yanomami”, feita em parceria com a Repórter Brasil. Em alguns lugares, um voo de uma hora pode custar 4.000 euros. “Há situações em que o piloto que leva o repórter é o mesmo que leva o garimpeiro. Teve caso até de o piloto cobrar mais caro pelo serviço, por entender que o repórter iria denunciar atividades ilegais”, relata Elaíze.

A diretora da revista *Cenarium*, **Paula Litaiff**, também aponta os problemas inerentes ao alto custo de produção de reportagens na Amazônia: “Não é fácil manter a independência e viajar para fazer coberturas em lugares de difícil acesso.” Também com sede em Manaus, a revista cobre regularmente crimes ambientais cometidos na região.

“Quando não é possível ir aos territórios, a gente faz entrevistas por telefone, por WhatsApp”, continua Elaíze Farias, que não deixa de destacar também um outro desafio importante na região: os limites e as irregularidades no sinal de internet e da rede de telefonia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a porcentagem de domicílios amazônicos com acesso à internet banda larga é de 73,9%, enquanto a média nacional é superior a 80%. E é justamente nos territórios de difícil acesso, longe dos olhos do Estado e da imprensa, que os conflitos tendem a ser mais violentos. Muitas histórias deixam de ser contadas devido à falta de recursos para iniciar ou dar continuidade a uma investigação jornalística nesse território gigantesco.

2/ INGERÊNCIAS POLÍTICAS E CONCENTRAÇÃO MIDIÁTICA

I Políticos proprietários de grupos de mídia

Jornalistas e comunicadores da Amazônia trabalham em um contexto de concentração da mídia, com forte interferência de grupos políticos e oligarquias locais¹ no conteúdo transmitido por jornais, canais de televisão e estações de rádio.

Na Amazônia Legal, uma em cada cinco retransmissoras de televisão é controlada por políticos e seus parentes. O cenário é particularmente preocupante no Maranhão, onde eles dominam cerca de 80% delas. Também chama atenção o estado do Pará, onde a família do governador Helder Barbalho controla duas emissoras de televisão, quatro emissoras de rádio e um jornal impresso. Em Roraima, a família do ex-senador e ex-ministro Romero Jucá controlava, até 2022, dois canais de televisão, uma emissora de rádio e um site de notícias. Uma situação semelhante ocorre em Mato Grosso, onde parte da mídia também está concentrada nas mãos de famílias políticas. Um caso emblemático é o de Diógenes Fagundes, filho do senador Wellington Fagundes e marido da deputada Janaina Riva: ele é membro do conselho de administração do grupo de mídia Agora de Comunicação, que tem três canais de televisão, três estações de rádio e um dos sites de notícias mais acessados em Mato Grosso.

I Proliferação de blogs de opinião a serviço de políticos

Além de controlar diversos veículos de imprensa na região, autoridades políticas também passaram a financiar diretamente blogs de opinião, que se proliferaram nos últimos anos na região norte do Brasil. Em locais onde a produção de notícias é escassa, o domínio das figuras políticas se reflete na proliferação de blogs de opinião, financiados diretamente por partidos, candidatos, governos ou lideranças de oposição. A região Norte do Brasil, que abrange a maior



Elaíze Farias e Kátia Brasil, fundadoras da agência Amazônia Real. © Alberto César Araújo/Amazônia Real

“ Para chegar ao território, saindo de Manaus, é preciso pegar avião, sete horas de carro, mais quatro horas de barco. Quando a estrada está seca e boa para tráfego, o rio está baixo demais para navegar, então tem que empurrar a canoa.”

“ Não é fácil manter a independência e viajar para fazer coberturas em lugares de difícil acesso.”

¹ O problema da concentração da mídia no Brasil foi examinado em profundidade em outros estudos da RSF publicados nos últimos dez anos: [Brasil, o país dos trinta Berlusconi](#) (2013); [Mídia: os oligarcas vão às compras](#) (2016), e [Monitoramento da Propriedade de Mídia](#) (2017).

“*Estamos cercados por grileiros, fazendeiros armados, pelas milícias rurais. Temos que ter cuidado com as fontes e com aquilo que escrevemos. Os jornalistas que vivem aqui sabem que são alvos.*”

parte da Amazônia brasileira, é um laboratório dessas iniciativas por excelência. Nessa área, 189 das 450 cidades não têm produção de conteúdo de interesse público por mídias locais e são consideradas “desertos de notícias”². Embora entre 2022 e 2023 dezenas de municípios tenham deixado essa categoria, isso não significa que os moradores tenham acesso a informações confiáveis. Muitos dos sites que se apresentam como mídia produtora de notícias são, na prática, retransmissores de comunicados de imprensa feitos pelas autoridades ou só publicam artigos favoráveis aos interesses de seus financiadores, configurando-se como porta-vozes de forças políticas locais.

3/ O PESO DOS AGENTES PRIVADOS

Nos nove estados da Amazônia Legal, os principais autores de ataques à liberdade de imprensa são atores privados, sejam eles integrantes de organizações criminosas, fazendeiros, agentes de segurança privados, representantes de mineradoras ou até mesmo de empresas turísticas. Eles são responsáveis por 57% dos casos de ataques à imprensa registrados pela RSF entre 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2023. Em alguns territórios, onde os serviços públicos ou estatais são praticamente inexistentes, “prevalecem regras que se equivalem às do ‘Velho Oeste’”, e quem tem a palavra final são justamente os agentes privados, orientados por seus próprios interesses, analisa a jornalista e pesquisadora **Ivânia Vieira**, professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Enquanto os estados do Pará e do Amazonas registram o maior número de violações à liberdade de imprensa em termos absolutos, Roraima tem o maior em relação ao tamanho da população. A situação é igualmente preocupante no estado de Rondônia. “*Estamos cercados por grileiros, fazendeiros armados, pelas milícias rurais. Temos que ter cuidado com as fontes e com aquilo que escrevemos. Os jornalistas que vivem aqui sabem que são alvos*”, analisa o jornalista freelancer **Francisco Costa**, que trabalha em Porto Velho, metrópole com mais de 460 mil habitantes e capital do estado. Repórter com passagens por emissoras como *TV Globo*, *Rede TV*, *Canal Futura*, *TV Cultura* e *TV Bandeirantes*, Francisco hoje escreve como freelancer para veículos como *Amazônia Real* e *Folha de S. Paulo*³ sobre temas como o avanço do garimpo e da pecuária e seus impactos sobre o meio ambiente e as comunidades tradicionais.

PERPETRADORES DAS AMEAÇAS

Poder Judiciário segurança privada
manifestante de extrema direita
candidato desconhecido policia
hacker político empresa privada
garimpeiro crime organizado dirigente de clube de futebol
soldado do exército funcionario municipal fazendeiro

2 A região registrou uma redução de 30% no número de municípios classificados como desertos de notícias entre 2022 e 2023. Fonte: Atlas da Notícia (2023). Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e Volt Data Lab (disponível em: <<https://www.atlas.jor.br/>>).

3 Jornal impresso de circulação nacional, sediado em São Paulo, com a quarta maior tiragem do Brasil.

4/ ASSUNTOS “PROIBIDOS”

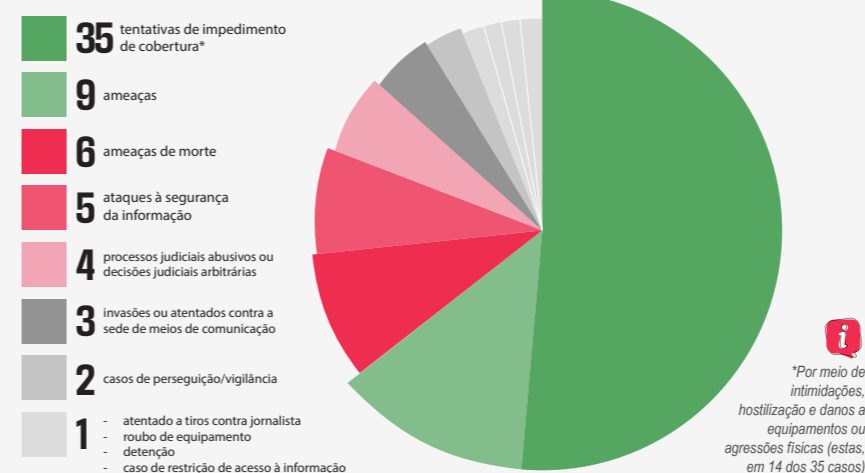
Coberturas relacionadas à invasão de terras indígenas e ao agronegócio expõem sistematicamente os jornalistas a intimidações. Entre junho de 2022 e junho de 2023, mais da metade das violações à liberdade de imprensa na Amazônia Legal estavam ligadas a questões políticas. Das 66 violações à liberdade de imprensa registradas pela RSF em um ano, 10 estavam diretamente ligadas a reportagens sobre agronegócio, mineração e povos indígenas. Mesmo quando não é o tema principal das reportagens, o meio ambiente está presente em grande parte das coberturas políticas na Amazônia.

“*Não temos liberdade para falar o que queremos, principalmente quando se trata de denunciar algo que está errado, porque é perigoso. Também procuramos não entrar em conflito com os municípios onde um parente [indígena] trabalha, para evitar que ele sofra retaliações*”, explica a comunicadora indígena e produtora de podcast **Cláudia Ferraz**, do povo wanano. Ela trabalha na *Rede Wayuri*, uma mídia indígena de referência lançada em 2017 no estado do Amazonas. A rede atua nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, que abrigam cerca de 750 comunidades de 23 povos indígenas.



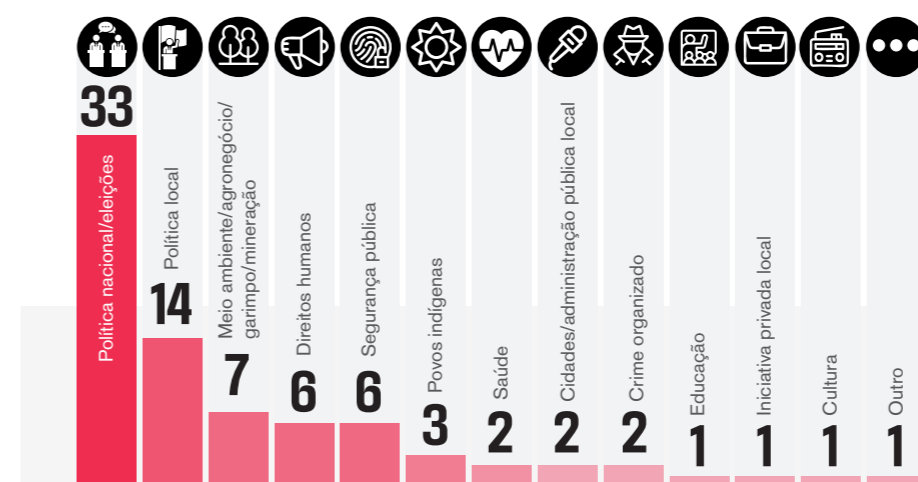
Cláudia Ferraz (com o microfone), da Rede Wayuri, anima um debate organizado pela RSF em 2022 sobre os desafios do jornalismo na Amazônia. © Fran Silva Caranguejo-Uçá/PAJOR – RSF

TIPO DE VIOLAÇÃO



“*Não temos liberdade para falar o que queremos, principalmente quando se trata de denunciar algo que está errado, porque é perigoso.*”

ASSUNTOS “PROIBIDOS”



Um incidente registrado pode ser classificado em mais de uma categoria. Por isso, a soma dos dados é maior que o total de 66 ocorrências registradas.

2 | “UM ALVO NO PEITO”

Assassinato, ameaças de morte, processos judiciais abusivos, assédio digital: agentes públicos e privados que se veem “incomodados” pelo trabalho dos jornalistas utilizam diferentes estratégias para silenciá-los.

1/ VIOLÊNCIAS FÍSICAS E AMEAÇAS COTIDIANAS

O abominável assassinato de Dom Phillips

O brutal assassinato do jornalista britânico **Dom Phillips** e do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira, em junho de 2022, é um dos episódios mais chocantes já registrados na região e revela a dimensão da violência em áreas de difícil acesso na Amazônia. Dom Phillips, que já havia trabalhado para jornais ingleses e estadunidenses como o *The Guardian*, o *Washington Post*, o *New York Times* e o *Financial Times*, vivia no Brasil desde 2007. O jornalista estava realizando entrevistas, acompanhado por Bruno Araújo Pereira, para escrever um livro intitulado *Como salvar a Amazônia*, quando os dois foram atacados no Vale do Javari – segunda maior terra indígena do Brasil, próximo às fronteiras com o Peru e a Colômbia. Somente após dez dias de buscas seus restos mortais foram encontrados na floresta, mutilados e incendiados.

Antes de Dom Phillips, dois jornalistas foram assassinados por exercer o jornalismo na Amazônia Legal. Diretor de um site de notícias on-line, o *Jornal de Rondônia*, sediado no estado de Rondônia, **Ueliton Bayer Brizon** publicava notícias sobre a vida no município de Cacoal e denunciava com frequência irregularidades e casos de corrupção envolvendo políticos locais. Ele foi [morto a tiros em 16 de janeiro de 2018](#), por indivíduos não identificados. O outro jornalista assassinado foi **Jairo Sousa**, apresentador da *Rádio Pérola FM*, [morto em 26 de junho do mesmo ano](#), em Bragança (PA), após receber uma série de ameaças por denunciar a corrupção na administração pública de municípios do Pará.

Relatos de intimidações permanentes

Em um contexto de violência estrutural, decorrente dos interesses econômicos e políticos mencionados, não é necessário atacar ou ameaçar diretamente um jornalista para que ele tema por sua vida. Nos últimos dez anos, das 300 pessoas assassinadas no Brasil por conflitos no campo, a grande maioria – oito em cada dez – vivia em estados amazônicos⁴.

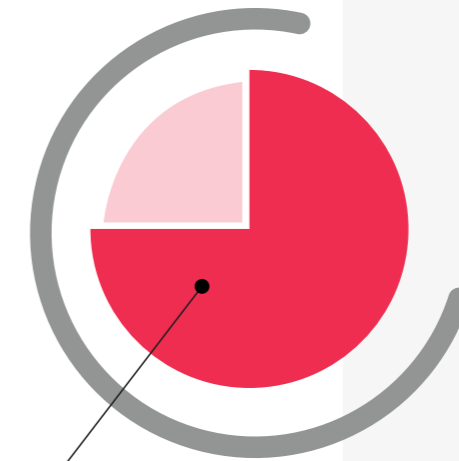
“É impossível fazer reportagem na Amazônia sem sofrer algum tipo de ameaça, intimidação ou perseguição. Enquanto jornalistas, estamos sempre com um alvo na cabeça ou no peito”, ressalta o jornalista **Francisco Costa**. “Quando estamos fazendo reportagens, às vezes ouvimos barulhos na floresta e

não sabemos se é um animal ou um pistoleiro nos perseguindo, nos vigiando.” **Francisco Costa** cobre temas ligados a direitos humanos e questões ambientais desde 1996. Ele é também um dos articuladores da Rede de Proteção de Jornalistas e Comunicadores⁵.

Nos últimos dois anos, **Marcos Wesley Pedroso** também sofreu várias formas de intimidação. Jornalista e neto de líderes sindicais, ele testemunhou os primeiros ataques aos povos da Amazônia quando ainda era criança, e em 2019 foi um dos cofundadores do veículo de comunicação independente *Tapajós de Fato*. Além de administrar um site de notícias, a equipe de 19 pessoas, sediada em Santarém, no oeste do estado do Pará, produz boletins informativos e três podcasts semanais destinados a trabalhadores rurais e agricultores familiares da região. Marcos Wesley Pedroso já foi perseguido pelas ruas de Santarém – a terceira cidade mais populosa do estado, com cerca de 330 mil habitantes –, teve os pneus de seu carro furados como forma de sabotagem, e em uma ocasião encontrou uma cabeça de boi no quintal de casa, com um bilhete intimidatório. Integrantes do *Tapajós de Fato* tiveram seus equipamentos roubados em 2022, no contexto eleitoral, e uma de suas comunicadoras foi atacada com uma faca a poucos metros da redação. Marcos Wesley Pedroso considera que foram as denúncias sobre empresários que pretendiam se apossar de terras da região que “despertaram a ira do outro lado”. Em outras palavras, as ameaças vêm de fazendeiros, de empresas do agronegócio e da mineração e de políticos locais que os apoiam. Preocupado com sua segurança, o comunicador teve que deixar Santarém no início de 2023.

Em Roraima, **Felipe Medeiros**, jornalista freelancer baseado na capital, Boa Vista, também está acostumado a trabalhar sob pressão. Ex-repórter de televisão, ele conta que já teve que trabalhar enquanto era encarado de frente por garimpeiros armados com pedaços de pau. Foi [no final de 2019, durante uma transmissão ao vivo na Rede Amazônica](#), subsidiária da *TV Globo* em Roraima, quando fazia a cobertura de uma manifestação pela liberação do garimpo em áreas protegidas da Amazônia.

PERFIL DAS VÍTIMAS



75% sofreram violações durante coberturas *in loco*.



Em 66 casos de abuso, um total de 74 vítimas foram agredidas.

Repórteres	42
Cinegrafistas	10
Meios de comunicação	5
Fotojornalistas	4
Radialistas	3
Editores	3
Diretores de veículos	2
Apresentador	1
Videomaker	1
Blogueiro	1
Colunista	1
Motorista	1



Elaíze Fariás durante reportagem na Terra Indígena Vale do Javari, em março de 2023. © Bruno Kelly / Amazônia Real

Lideranças da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univajá) auxiliam governo federal em investigação sobre aumento da criminalidade na região Norte. Ao fundo, cartaz pede justiça por Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira. © Roberto Stuckert Filho/ Agência Senado

4 “Amazônia concentra 77% das mortes por conflito no campo em 10 anos no país”. Fonte: UOL, junho de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/11/amazonia-concentra-77-de-mortes-por-conflito-no-campo-em-10-anos-no-pais.htm>.

5 Ver página 19: 3 exemplos de projetos para proteção, capacitação e monitoramento dos ataques.

Em fevereiro de 2023, o jornalista **Edirceu Lima**, conhecido por suas reportagens sobre crimes cometidos na microrregião de Ariquemes, interior do estado de Rondônia, teve o carro e a casa alvejados. Os autores do atentado não foram identificados pela polícia.

Assédio judicial

Não é novidade que os representantes do poder político e econômico, especialmente aqueles que cometem crimes ambientais, tentam silenciar os jornalistas na Amazônia por meio de ações judiciais.

Um exemplo emblemático é o do jornalista **Lúcio Flávio Pinto**, diretor do Jornal Pessoal, em Belém. Entre 1992 e 2012, ele foi alvo de mais de 30 ações judiciais por causa de suas coberturas sobre crimes contra o meio ambiente. Em um dos processos, o jornalista foi condenado a pagar 8 mil reais a um empresário por ter se referido a ele como “grileiro”, depois que ele se apropriou ilegalmente de 5 milhões de hectares de terras no estado do Pará.

Em 2022, logo após as eleições de outubro, a revista *Cenarium* foi alvo de ações judiciais por parte de várias empresas do Amazonas após revelar que elas haviam financiado movimentos antidemocráticos que se recusavam a aceitar o resultado das urnas. A revista também foi censurada pela Justiça em fevereiro de 2023, por mencionar uma acusação de pedofilia⁶ contra um deputado federal amazonense.

A agência *Amazônia Real* também responde a processos e foi obrigada a retirar uma reportagem do ar por decisão judicial em julho de 2022, embora os fatos denunciados tenham sido comprovados. O caso continua tramitando na justiça. A agência responde a outros processos abusivos que, por razões de segurança, prefere não mencionar os detalhes.

Além dos diversos pedidos de remoção de conteúdo e de indenização por danos morais, os jornalistas e comunicadores da Amazônia entrevistados pela RSF relatam que são frequentemente ameaçados com processos judiciais por supostas ofensas à honra. A dificuldade de pagar indenizações e custas judiciais, em um contexto de asfixia econômica, pode levar à autocensura, particularmente no caso de veículos de pequeno e médio porte.

A complexidade das relações com as fontes

A proteção das fontes é um aspecto central do trabalho jornalístico na Amazônia brasileira. As ameaças de agentes

públicos e privados são particularmente impactantes para jornalistas que vivem perto de áreas de tensão e acompanham diariamente os conflitos por terra, mas muitas vezes suas fontes é que estão na linha de frente dos ataques e que convivem com ameaças diretas de morte.

“É preciso ter cuidado para não expor as pessoas”, reforça a editora de conteúdo da agência *Amazônia Real*, **Elaíze Farias**. “O importante não é só vir até aqui e falar de Amazônia; é como você vai falar, como vai chegar e abordar as pessoas. Primeiro, tem que saber se a pessoa quer falar, se ela está à vontade para dar entrevista. É preciso chegar com humildade, não só em terra indígena ou quilombola⁷, mas no contexto urbano também.”

O perpetrador de ameaças ou violências também pode ser uma fonte de informações. Expor essas pessoas ou romper relações com elas pode prejudicar futuras investigações. Esse é um dos dilemas enfrentados pelo repórter freelancer **Felipe**

Medeiros em Roraima. “Durante uma reportagem recente, acabei dando carona para um grupo de garimpeiros”, conta. Essa situação inusitada permitiu que ele obtivesse informações em primeira mão. No entanto, o jornalista de Roraima não está disposto a repetir a experiência. “Hoje eu estou me precavendo mais. Minhas editoras sempre pedem: ‘só vai até onde der’, porque a gente não sabe com quem está lidando.”



Rede de Notícias da Amazônia produz e distribui rádio jornal diário a partir de informações recebidas de 20 emissoras da região. © Daniel Giovanaz/RSF

“O importante não é só vir até aqui e falar de Amazônia; é como você vai falar, como vai chegar e abordar as pessoas. Primeiro, tem que saber se a pessoa quer falar, se ela está à vontade para dar entrevista. É preciso chegar com humildade.”



Jornalista indígena Erick Terena com a câmera na mão durante oficina de formação promovida pela Amazônia Real em Manaus. © Alberto César Araújo/Amazônia Real

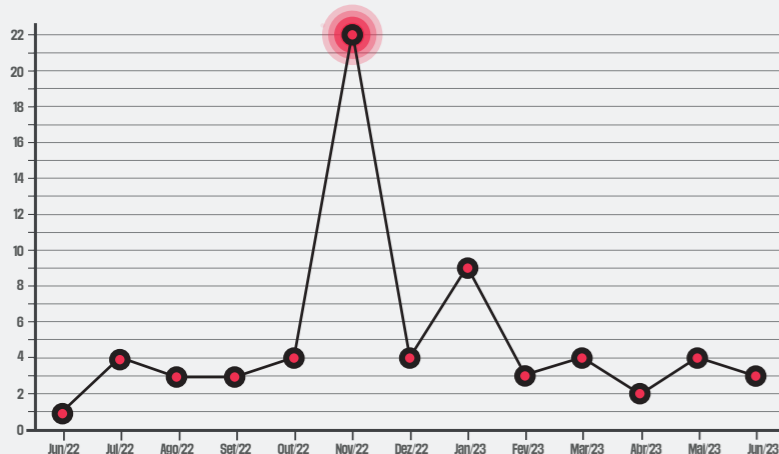


Campanha eleitoral de 2022: auge da violência contra a mídia

A campanha presidencial de 2022 deu origem a uma batalha midiática que por vezes resultou em violência contra os meios de comunicação. Novembro de 2022 foi o mês em que a RSF registrou o maior número de violações contra jornalistas (22 das 66 ocorridas no ano). Após a eleição, partidários do presidente em exercício, Jair Bolsonaro, saíram às ruas para contestar o resultado das urnas e realizaram uma série de ataques à imprensa, considerada por eles “pró-Lula”. A maior parte dos episódios consistiu em tentativas de impedir a cobertura jornalística, por meio de hostilização, agressões físicas, roubo ou destruição de equipamentos. Dois dos casos mais graves ocorreram no estado de Rondônia: um ataque a tiros contra a sede do portal de notícias Rondônia Ao Vivo e um incêndio criminoso nas instalações da Rádio Nova FM.

NÚMERO DE VIOLAÇÕES

Registro mês a mês mostra explosão de casos no período pós-eleitoral, em novembro de 2022



6 Informações adicionais sobre o caso estão disponíveis em: <https://revistacenarium.com.br/abra-ji-repudia-censura-de-juiza-contra-materia-jornalistica-da-revista-cenarium-decisao-inadequada/>.

7 Grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. São, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade.

ECOSSISTEMA MIDIÁTICO

Breve apresentação dos diferentes modelos de iniciativas jornalísticas que compõem parte do ecossistema de mídia na Amazônia. Os protagonistas por detrás da produção de informações sobre ou a partir dessa região são jornalistas independentes, repórteres associados a grandes grupos de mídia nacionais ou de pequenas e médias empreitadas em nível local e regional, blogueiros, correspondentes internacionais, comunicadores comunitários e outros atores da sociedade civil.

Meios de comunicação tradicionais sediados na Amazônia:

Veículos de imprensa que podem ser de menor ou maior alcance, mas que são caracterizados por um modelo de financiamento de caráter comercial, dependente de verbas públicas e de anúncios publicitários de empresas locais ou nacionais. Em decorrência de conflitos de interesse de seus proprietários ou anunciantes, são frequentes os relatos de ingerência editorial. A cobertura sobre crimes ambientais e violações de direitos dos povos indígenas tende a estar menos presente na pauta diária. Os desafios logísticos associados aos custos de deslocamento na região e questões de segurança também são uma realidade para os repórteres que cobrem temas sensíveis.

Meios de comunicação sediados fora da Amazônia:

Veículos de imprensa com foco de cobertura nacional, na maior parte dos casos sediados no eixo Rio - São Paulo, na região sudeste do país. Alguns contam com correspondentes fixos que ficam baseados em grandes cidades da Amazônia, mas na maioria dos casos trabalham com repórteres e enviados especiais, freelancers ou não. Se caracterizam por uma cobertura mais esporádica da região, frequentemente pautada por crimes ambientais (como grandes queimadas e ampliação de áreas de garimpo e do desmatamento) que alcançam destaque temporário na agenda midiática nacional.

Blogs noticiosos e de opinião:

Sites produzidos por indivíduos, jornalistas ou não, que reportam e opinam sobre assuntos locais. Alguns são financiados diretamente por governos municipais e/ou lideranças partidárias, e adotam uma lógica que se assemelha mais à propaganda do que ao jornalismo. Outros reportam com maior independência dos interesses políticos partidários, frequentemente com pouco ou sem nenhum recurso, sobre abusos de governos locais e de agentes privados.

Meios de comunicação especializados na cobertura de assuntos ambientais sediados na Amazônia:

Veículos de imprensa que privilegiam uma cobertura com enfoque de direitos humanos e desafios socioambientais. As reportagens investigativas e em profundidade ocupam maior centralidade do que as notícias do cotidiano. Na perspectiva de assegurar a independência frente aos grupos de poderes locais, esses veículos de imprensa adotam um modelo de financiamento que se baseia em micro doações de leitores e em fundações filantrópicas nacionais e internacionais. Houve uma proliferação de iniciativas nesse modelo no Brasil a partir dos anos 2010, mas na região da Amazônia são poucos os que conseguem alcançar a sustentabilidade.

Meios de comunicação Internacionais:

Veículos de imprensa geralmente sediados na Europa e nos Estados Unidos. Também estão caracterizados por uma cobertura mais esporádica sobre acontecimentos centrados na crise climática, atuam com correspondentes fixos no país (normalmente baseados no Rio de Janeiro ou São Paulo), freelancers e enviados especiais. A distância geográfica das disputas de poderes locais tende a garantir maior distanciamento dos conflitos de interesse que desafiam a independência editorial e mesmo a segurança dos jornalistas e comunicadores locais. Correspondentes internacionais costumam ser dependentes desses atores locais da informação para circular com maior conhecimento pelo território.

Coletivos e redes de comunicadores locais:

Iniciativas de base que se estruturam a partir da experiência histórica da comunicação comunitária para dar visibilidade às histórias de grupos marginalizados a partir do ponto de vista destas comunidades. Se organizam por meio da radiodifusão comunitária, de sites, de canais em plataformas de redes sociais e em aplicativos de mensagem. São experiências com grande capilaridade e capacidade de produção em interlocução direta com movimentos sociais, ongs e outros atores da sociedade civil. A deslegitimação do trabalho realizado, a falta de recursos financeiros e acesso a equipamentos, além das questões de segurança estão entre os desafios mais importantes.

2/ ATAQUES DIGITAIS E DESINFORMAÇÃO

Além das ameaças físicas, na Amazônia, jornalistas e comunicadores são alvo de campanhas de difamação e desinformação, em geral orquestradas por agentes econômicos e políticos. O objetivo é desacreditar principalmente os jornalistas e ambientalistas que fazem reportagens sobre povos indígenas e movimentos sociais da região. A proliferação dos discursos de ódio contra a imprensa coincide com o aumento da desinformação na Amazônia⁸, que se intensificou drasticamente durante a pandemia de Covid-19 e as eleições presidenciais de 2022.

Em novembro de 2022, **Ívina Garcia**, repórter da revista *Cenarium*, foi atacada por redes de extrema direita após uma reportagem sobre empresas que financiavam acampamentos de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro em Manaus, pedindo que o Exército assumisse o poder. “Eles compartilharam minha imagem em grupos da extrema direita do país todo. Passaram a me xingar e me ameaçar em minhas contas no Twitter e no Facebook. Alguns disseram que sabiam meu endereço”, conta a jornalista, lembrando a apreensão daqueles dias. “Logo os comentários deixaram de ser relacionados com a minha profissão e passaram a ser misóginos.”

A editora de conteúdo da *Amazônia Real*, **Elaíze Farias**, também lida com ataques virtuais cotidianamente. “A gente tem uma seção de comentários no site”, explica. “E por esse canal recebemos muitos ataques, racismo, preconceito, homofobia direcionada às nossas matérias. De dois ou três anos para cá isso aumentou muito, mas a Amazônia Real tem um princípio de não aceitar esse tipo de ataque. Primeiro, porque é inaceitável, segundo porque é crime. Não é porque se trata de um espaço democrático, que vamos dar espaço para discursos de ódio. Isso vai contra nossos princípios éticos.”

O fenômeno é amplificado em regiões da Amazônia Legal onde a veiculação de notícias locais se dá praticamente apenas pelas redes sociais e pelas condições precárias de acesso à internet. “Onde chega uma informação confiável também chega uma fake news”, ressalta o comunicador indígena **Walter Kumaruara**, que vive em uma comunidade no oeste do Pará. “Imagina para quem está dentro de uma aldeia e só consegue acessar a internet uma hora por dia. Às vezes, essa pessoa recebe uma informação por WhatsApp, comenta com todo mundo, e só no outro dia vai saber que era falsa. Mas aí ele já distribuiu, e a notícia já se espalhou.”

3/ PRESSÕES ECONÔMICAS

Produzir informações confiáveis e independentes é um desafio permanente para a mídia na Amazônia Legal. Diretores de veículos de imprensa na região que cobre regularmente violações ambientais relatam com frequência a necessidade de diversificar as fontes de financiamento para evitar a pressão de anunciantes. As grandes empresas privilegiam os meios de comunicação que cobrem notícias do Rio de Janeiro e São Paulo, onde estão os principais anunciantes e mercados publicitários. Uma diretora de um jornal local, em parte financiado por verbas governamentais, afirma ter que continuar lembrando aos financiadores que a publicidade não é um

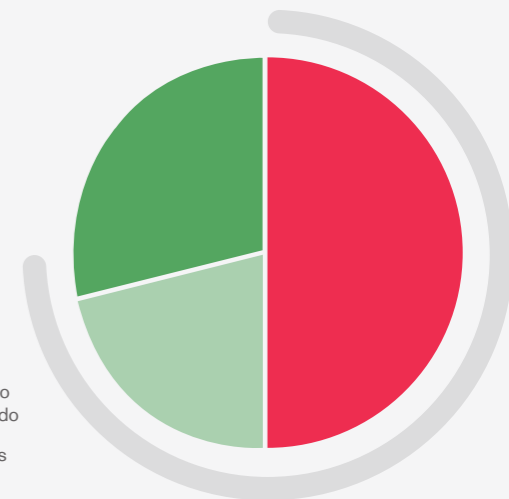
PERFIL DAS VÍTIMAS POR GÊNERO

 **33** Homens

 **14** Mulheres

 **19** Meios de comunicação como um todo

(Em 7 dos 19 casos, as equipes incluíam mulheres)



Walter Kumaruara, fundador do coletivo Jovem Tapajônico e mobilizador da rede Mococonga de comunicação popular. © Daniel Giovanaz/RSF

8 Informações adicionais estão disponíveis no relatório Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores (Intervozes, 2023): <https://app.riros.org.br/index.php/s/ncgsaHS5y8gSSHZ>.



Líderes indígenas e viúvas de Dom Phillips e Bruno Pereira se reúnem para exigir justiça no Vale do Javari, em fevereiro de 2023. © Arnaldo Sete/Marco Zero Conteúdo

“presente”, mas sim dinheiro público – ou seja, não deve acarretar compromissos do ponto de vista editorial. Outros diretores de meios de comunicação e jornalistas da região relataram à RSF a interferência constante dos financiadores públicos e privados em sua linha editorial, mas preferiram não se identificar para evitar represálias.

De acordo com depoimentos de diversas fontes, quando grandes empresas optam por investir em inserções publicitárias na mídia local, o fazem justamente para se aproveitar da fragilidade econômica da mídia na Amazônia, influenciando as linhas editoriais. Como resultado, o jornalismo passa a ser tratado como moeda de troca. “Uma mineradora que anunciava no meu blog há dez anos retirou a publicidade em abril, depois que publiquei a primeira entrevista crítica às atividades dela”, afirma **Jeso Carneiro**, blogueiro no oeste do Pará. “Eu abri espaço para a empresa apresentar seu contraponto, mas ela não quis saber. Eles só vão anunciar nos sites que dizem o que eles querem.”

Nesse contexto, a cooperação internacional e as fundações filantrópicas se tornam cada vez mais relevantes para a sustentabilidade de diferentes organizações de mídia que tentam equilibrar as demandas por maior financiamento com a garantia de independência editorial em relação aos interesses políticos e econômicos dos poderes locais.

4/ A INÉRCIA DO ESTADO PARA PROTEGER OS JORNALISTAS E RESPONSABILIZAR SEUS AGRESSORES

Diante de várias formas de ataque e ameaça, jornalistas e comunicadores da Amazônia relataram à RSF que, em muitos casos, nem sequer consideraram formalizar as denúncias na polícia. Com um número insuficiente de agentes para cobrir um território de mais de 5 milhões de km², as forças de segurança têm dificuldades de prevenir e investigar todas as violações à liberdade de imprensa. O comportamento repressivo das polícias, pelo contrário, está contribuindo para o aumento da letalidade na região. Entre 2018 e 2021, as mortes pela polícia aumentaram 5,1% nos estados da Amazônia, enquanto caíram 4,2% nos demais estados do país.



Caso Dom Phillips: aguardando avanços após meses de omissão

Após o assassinato do jornalista **Dom Phillips** e de seu guia e amigo, o indigenista brasileiro **Bruno Araújo Pereira**, que sofreram uma emboscada em junho de 2022 no Vale do Javari (Amazonas), foi preocupante a reação do governo Bolsonaro, que tratou do assunto como se fosse uma questão isolada.

Pedido de medidas cautelares

Enquanto a polícia ainda procurava os corpos de Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira, em 11 de junho de 2022, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) acolheu um pedido de medidas cautelares redigido pela ONG Artigo 19 e assinado pela RSF e por seis outras organizações da sociedade civil. O pedido solicitava ao governo brasileiro que fizesse tudo o que estivesse ao seu alcance para encontrar as vítimas, garantir uma investigação completa dos fatos e evitar a recorrência das violações de direitos humanos.

O governo de Jair Bolsonaro pediu – em vão – o fim das medidas assim que os corpos foram encontrados, em 15 de junho de 2022, alegando que o caso estava encerrado. As medidas cautelares seriam mais tarde estendidas a defensores da Amazônia, que continuam a sofrer ameaças⁹.

Cabe lembrar que a investigação avançou graças ao trabalho de colegas de Bruno Araújo Pereira, membros da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Em dezembro de 2022, foi preso Rubén da Silva Villar, investigado por pesca ilegal em territórios indígenas e tráfico de drogas e acusado de ser o mandante dos assassinatos. Os pescadores Amarildo da Costa de Oliveira, Oseney da Costa de Oliveira e Jefferson da Silva Lima também foram acusados de homicídio duplamente qualificado e ocultação de cadáver. Em setembro de 2023, o julgamento dos três ainda ocorria na Justiça Federal de Tabatinga, no estado do Amazonas.

Em maio de 2023, Marcelo Xavier, ex-presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e Alcir Amaral Teixeira, coordenador-geral de Monitoramento Territorial e responsável pela segurança de áreas indígenas, foram incluídos na lista de indiciados. Na visão da Polícia Federal, ambos sabiam o que estava em jogo ao deixar de agir no Vale do Javari, e assumiram os riscos dessa inação.

Medidas insuficientes para garantir a segurança dos jornalistas

Mais de um ano após os assassinatos de Dom Phillips e Bruno Pereira, as respostas do Estado brasileiro ainda são insuficientes para evitar tragédias semelhantes.

É necessária uma investigação mais completa, principalmente sobre os políticos e empresários locais que se beneficiaram⁹ com a morte de Dom Phillips e Bruno Pereira. Enquanto isso não acontecer e a estrutura criminosa que ameaça os defensores da Terra Indígena do Vale do Javari não for desmantelada, não haverá justiça e segurança para nenhum jornalista na Amazônia.

Com esse propósito, em agosto de 2023, a CIDH anunciou a criação de uma Mesa de Trabalho Conjunta para acompanhar as investigações sobre o assassinato de Dom Phillips e monitorar o cumprimento das medidas solicitadas ao governo brasileiro para garantir a proteção de jornalistas e defensores ambientais na Amazônia. Esse grupo de trabalho é resultado de uma proposta conjunta do governo brasileiro, dos beneficiários das medidas de proteção e de diversas organizações da sociedade civil, incluindo a RSF.

⁹ A CIDH concedeu a extensão das medidas a onze membros da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) em outubro de 2022.
¹⁰ “A pesca ilegal, a última história de Dom Phillips”. Forbidden Stories, 1º de junho de 2023 (disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/pesca-ilegal/>).

“Uma mineradora que anunciava no meu blog há dez anos retirou a publicidade em abril, depois que publiquei a primeira entrevista crítica às atividades dela.”

3 | PROTEGER E FORTALECER O JORNALISMO LOCAL

Diante das ameaças e da violência praticadas por órgãos governamentais e agentes privados, os meios de comunicação na Amazônia vêm trabalhando em rede para se proteger e reportar a realidade de uma região tão vasta e diversa. A colaboração internacional e o fortalecimento das iniciativas locais desempenham, nesse sentido, um papel fundamental na produção e disseminação de informações confiáveis.

1/ INICIATIVAS DE AUTOPROTEÇÃO

“As pessoas que são daqui estão mais desprotegidas”, lamenta **Walter Kumarua**, comunicador indígena do oeste do Pará. “A gente sentiu muito o assassinato do Dom e do Bruno, fizemos homenagens a eles. Ao mesmo tempo, nos questionamos: se fosse um comunicador indígena, talvez não tivesse tanta repercussão. As pessoas admiram quem vem de fora, porque saiu do seu comodismo, mas não há a mesma visibilidade com quem já nasceu lutando.”

Diante da ineficiência da polícia e do Estado em protegê-los, jornalistas e comunicadores da Amazônia seguem comprometidos com seu trabalho. “Antes não tínhamos maturidade em relação a temas de segurança, e isso deixou sequelas”, relata **Isabelle Maciel**, cofundadora e editora-chefe do *Tapajós de Fato*. “Com o tempo, entendemos que existem pessoas que são nossos inimigos declarados, e nos tornamos mais prudentes.” Quando seu colega **Marcos Wesley Pedroso** teve que deixar Santarém, no início de 2023, ela se tornou o principal alvo das intimidações. A redação do *Tapajós de Fato* em Santarém agora está equipada com câmeras de segurança e cerca elétrica, e busca aprimorar as estratégias de segurança digital.



2/ O DESAFIO DA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

A independência econômica também se impõe como questão fundamental. Em Boa Vista, capital de Roraima, há quatro anos, **Vanessa Vieira** e seu colega **João Pires** investem recursos próprios para manter o portal *Correio do Lavrado* no ar, realizando coberturas sobre direitos humanos, meio ambiente e questões migratórias. As pautas são inúmeras, já que, além dos conflitos na terra in-

Redação do *Tapajós de Fato*, em Santarém (PA). © Daniel Giovanaz/RSF

+

FOCO

3 exemplos de projetos para proteção, formação e monitoramento de ataques

Formada em 2018, a [Rede de Proteção de Jornalistas e Comunicadores](#) é coordenada por diversas organizações: Instituto Vladimir Herzog, Artigo 19, Intervezes e RSF. A iniciativa conta com a mobilização de jornalistas e comunicadores em todos os estados da Amazônia brasileira, e um articulador em Rondônia. **Francisco Costa** é o ponto focal da rede na região norte, responsável por coletar denúncias de violações, orientar e sugerir medidas de proteção. A Rede também organiza encontros, oficinas e cursos para jornalistas sobre temas como segurança digital, estratégias de autoproteção e orientações para cobertura de eleições e manifestações.



Outra iniciativa relevante, com olhar mais voltado para o ecossistema midiático, é a “escola informal” de jornalismo Abaré, fundada durante a pandemia da Covid-19 por cinco jovens jornalistas de Manaus. Desde 2020, por meio de eventos públicos, cursos e workshops, a escola tem buscado democratizar o acesso a ferramentas de jornalismo investigativo e conscientizar sobre a importância de prevenir e combater a desinformação.

A intensificação das ameaças à liberdade de imprensa nos últimos anos também provocou reações dos sindicatos e federações de jornalistas. Desde 2021, o Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará tem seu próprio sistema de monitoramento de casos e, em fevereiro de 2023, criou um grupo de trabalho para elaborar um relatório sobre os casos de violência contra jornalistas registrados no estado. Segundo o presidente do sindicato, **Vito Gemaque**, ex-jornalista de *O Liberal*, um dos jornais de maior circulação na região Norte do Brasil, o principal desafio é combater a subnotificação das violações que prejudicam o direito de informar. “Precisamos incentivar nossos colegas a registrar boletins de ocorrência, apresentar provas e exigir providências das autoridades policiais. O ano de 2022 foi o mais violento da história para os jornalistas no estado do Pará, e queremos que o sindicato seja uma referência para o registro e mapeamento das denúncias e acompanhamento das investigações.”

dígena Yanomami, Roraima faz fronteira com a Venezuela e tem recebido milhões de migrantes e refugiados do país vizinho. Atualmente, o jornal circula de forma esporádica em razão da falta de alternativas de financiamento. “Recebemos recursos muito pontuais, por meio de prêmios e editais. Não é suficiente para cobrir todos os nossos custos”, lamenta **Vanessa Vieira**, que foi editora-chefe da *Folha de Boa Vista*, o último jornal impresso de Roraima, cuja edição diária deixou de circular em 2020. Apesar das dificuldades, ela se recusa a receber financiamento público: “Já recebemos várias propostas, mas entendemos que isso comprometeria nossa linha editorial.”

Para superar a falta de investimentos e o alto custo das coberturas, jornalistas da Amazônia vêm buscando diversificar as formas de financiamento. Com sede em Manaus, no Amazonas, e contando com uma rede de jornalistas em outros oito estados, a agência *Amazônia Real* depende de recursos de organizações internacionais¹¹, financiamento coletivo e doações de leitores. A *Amazônia Real*

“Recebemos recursos muito pontuais, por meio de prêmios e editais. Não é suficiente para cobrir todos os nossos custos.”

¹¹ A agência, apoiada pela RSF, pela Climate and Land Use Alliance (CLUA) e pela Fundação Ford, recebeu financiamento pontual da Google News Initiative, do Rainforest Journalism Fund – Pulitzer Centre, da Open Society Foundations, entre outros.

foi criada há dez anos pelas jornalistas **Elaíze Farias** e **Kátia Brasil**. Desde sua fundação, as duas jornalistas decidiram não receber recursos públicos, vindos de agências governamentais ou autoridades. Também não produz conteúdo patrocinado ou institucional e recusa apoio de empresas privadas envolvidas com crime ambiental e violações de direitos humanos e de gênero. Finalista do Prêmio RSF para a Liberdade de Imprensa, *Amazônia Real* é atualmente o exemplo mais bem-sucedido de jornalismo independente na região. Elaíze ressalta, porém, a dificuldade de manter o projeto sem receber recursos públicos: “É uma luta permanente para continuar existindo.”

3/ A LUTA CONTRA A DESINFORMAÇÃO

Os jornalistas da região estão particularmente preocupados pela avalanche de notícias falsas que desafiam a capacidade de ação do jornalismo local. Uma das reações mais interessantes ao avanço da desinformação é o projeto “Amazônia, livre de fakes”, coordenado pelo coletivo Intervezes, em parceria com jornalistas, comunicadores, pesquisadores, educadores, indígenas e moradores de comunidades tradicionais. A partir de uma investigação sobre páginas e perfis que disseminam notícias falsas, o coletivo lançou campanhas para sensibilizar as empresas anunciantes a retirarem o financiamento desses meios, dentre os quais estão o *Portal Novo Norte* (Tocantins), o *Terra Brasil Notícias* (Rio Grande do Norte) e o *Vista Pátria* (Rio de Janeiro). Além disso, uma notificação foi enviada em 2022 ao Tribunal Superior Eleitoral e ao YouTube, denunciando o *Vista Pátria* por produzir e disseminar deliberadamente conteúdo falso, enganoso e prejudicial ao processo eleitoral.

Algumas iniciativas são reconhecidas e celebradas. Em 2022, a *Rede Wayuri* de comunicadores indígenas recebeu o Prêmio Estado de Direito do World Justice Project (WJP), em Haia, Holanda, por seus esforços para combater a desinformação na Amazônia. “Eles construíram conscientização e engajamento local em relação a questões como a pandemia, a violência contra as mulheres e uma série de ameaças ambientais”, disse a organização. Ao desmentir notícias falsas sobre saúde pública e campanhas de difamação contra lideranças da floresta, a rede contribui para alertar a população indígena sobre ameaças a seus direitos.

A *Amazônia Real*, por sua vez, vem oferecendo capacitações sobre como identificar a desinformação nas redes, além de oficinas de produção de podcast, gravação de vídeo, fotografia e redação para mídias digitais.

4/ PRÁTICAS INOVADORAS E ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

Redes de comunicadores indígenas

Se dependessem apenas dos meios tradicionais, milhares de indígenas jamais leriam notícias sobre a sua realidade nem teriam canais para denunciar ameaças a seus direitos. Segundo a jornalista e pesquisadora **Ivânia Vieira**, professora da UFAM, “nas áreas de mais difícil acesso, em que também não há presença do Estado, os grandes meios só chegam após uma tragédia, um crime, e logo vão embora. Não há uma cobertura das violações que ocorrem permanentemente”.

Para superar essas dificuldades, desde 2020 a Coordenação das organizações indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) oferece treinamento regular a 80 jovens que compartilham informações e fotos em grupos do WhatsApp. Quando se avalia coletivamente que determinada informação deve ser divulgada a um público mais amplo, a equipe de comunicação da Coiab repassa o conteúdo a jornalistas de confiança, preservando informações confidenciais ou que possam representar um risco à segurança das comunidades. Mesmo quando não têm a infraestrutura adequada, são os indígenas que reportam as ameaças a seus territórios. É o caso de Riozinho do Iaco, citado no início do relatório, onde os indígenas lutam há

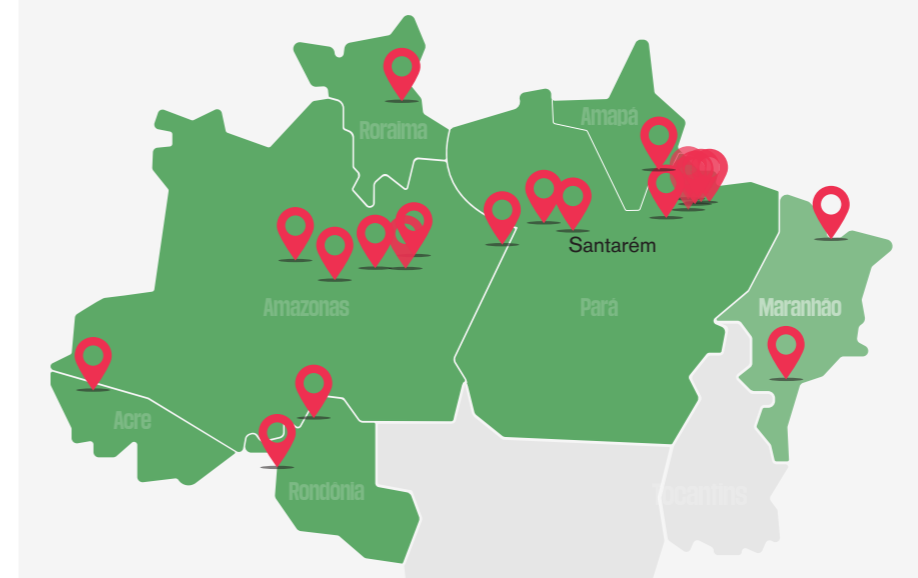
vinte anos para que suas terras sejam demarcadas e sofrem pressão constante de criadores de gado e especuladores de terras ligados ao mercado de carbono.

Redes de mídia locais

Para fazer frente ao desafio de produzir jornalismo na região, diversas rádios se associaram à *Rede de Notícias da Amazônia (RNA)*. “Antes, cada emissora trabalhava no seu cantinho, isolada. E em paralelo vinha uma enxurrada de informações sobre a região amazônica, de fora para dentro, muito estereotipadas, mostrando uma realidade que não era a nossa”, lembra **Joelma Viana**, jornalista e gestora da RNA, criada em 2008 para combater a criminalização dos movimentos sociais e os preconceitos reproduzidos pela mídia tradicional. Com sede em Santarém, no oeste do Pará, a RNA recebe informações enviadas pelas 20 emissoras associadas e produz um jornal diário sobre assuntos relacionados a direitos humanos, meio ambiente e energias renováveis – além de um programa temático semanal sobre a diversidade cultural da Amazônia.

As emissoras que integram a rede reportam, por exemplo, ameaças à biodiversidade, assédio de fazendeiros aos povos da floresta, danos ambientais causados pelo uso de mercúrio por garimpeiros, entre outros temas. A RNA é financiada por mensalidades pagas pelas emissoras associadas. Trabalhar em uma rede também traz vantagens do ponto de vista da segurança. “A gente busca proteger quem está nos territórios. Houve um caso em que uma repórter cobriu um caso de trabalho escravo em uma fazenda no Maranhão e preferiu não assinar a matéria, porque já estava sendo ameaçada. Então, assinamos a reportagem sem fazer referência a ela, como se tivesse sido produzida aqui [em Santarém]”, exemplifica **Joelma Viana**.

EMISSORAS ASSOCIADAS DA REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA (RNA)



Em 2014, a *Amazônia Real* criou uma rede de jornalistas na maioria dos estados da Amazônia Legal. Atualmente, a organização mantém uma equipe regular formada por 40 profissionais. A agência também tem a escolha editorial de priorizar profissionais da região e de grupos sociais e de gênero com pouco espaço em outros veículos, como indígenas, quilombolas e mulheres. Um desses profissionais é **Paulo Desana**, do povo Desana, da região do Alto Rio Negro, no Amazonas, cujo território fica às margens do rio Uapés, fronteira com a Colômbia. Para a *Amazônia Real*, Paulo já cobriu temas como o impacto da mineração e da pandemia nas terras indígenas.

Graças ao conteúdo enviado por mais de 55 indígenas de diferentes grupos étnicos, a equipe da *Rede Wayuri*, com sede em São Gabriel da Cachoeira



Joelma Viana, gestora e comunicadora da Rede de Notícias da Amazônia, em Santarém (PA).
© Daniel Giovanaz/RSF

“A gente busca proteger quem está nos territórios. Houve um caso em que uma repórter cobriu um caso de trabalho escravo em uma fazenda no Maranhão e preferiu não assinar a matéria, porque já estava sendo ameaçada. Então, assinamos a reportagem sem fazer referência a ela, como se tivesse sido produzida aqui.”

“Nas áreas de mais difícil acesso, em que também não há presença do Estado, os grandes meios só chegam após uma tragédia, um crime, e logo vão embora. Não há uma cobertura das violações que ocorrem permanentemente.”

(Amazonas), produz e transmite programas de rádio em cinco idiomas indígenas. A rede fornece a eles telefones celulares, assistência e capacitação técnica.

I **Envolvimento das comunidades locais**

No estado vizinho, **Walter Kumaruara** fundou o Coletivo Jovem Tapajônico, que busca aumentar a conscientização sobre questões políticas, sociais e ambientais entre os jovens indígenas e moradores de comunidades tradicionais. A ideia é denunciar crimes cometidos na Amazônia e, ao mesmo tempo, reportar o que acontece nos territórios de forma leve e criativa. “A gente começou com um jornal escrito à mão. Depois, passamos para o computador, e hoje fazemos quase tudo pelo celular: filmes curtos, podcasts, paródias, TikTok”, conta o comunicador indígena. Em 2019, por causa de ameaças, Walter precisou se mudar temporariamente para São Paulo, a 3 mil quilômetros de distância, e só retornou quando se sentiu seguro para retomar suas atividades.

Também compõem esse ecossistema iniciativas de comunicação criadas por jornalistas que não nasceram na Amazônia Legal, mas decidiram se estabelecer permanentemente na região a fim de contar as histórias da floresta e cobrir a crise climática a partir do “centro do mundo”. O exemplo mais recente e promissor é o site de notícias *Sumaúma*, criado pela premiada jornalista **Eliane Brum**, natural do Rio Grande do Sul, e pelo editor de meio ambiente global do jornal britânico *The Guardian*, **Jon Watts**. Ela se mudou para Altamira, no Pará, em 2017, e ele se juntou a ela em 2021. O conselho editorial da *Sumaúma* é composto principalmente por lideranças da floresta. Entre seus objetivos estão: conectar apoiadores em cidades distantes com aqueles que lutam na floresta e estabelecer parcerias com agências de jornalismo independente e coletivos de comunicadores atuando nos territórios.

“A gente começou com um jornal escrito à mão. Depois, passamos para o computador, e hoje fazemos quase tudo pelo celular: filmes curtos, podcasts, paródias, TikTok.”



Em 2020, comunicadores indígenas da Rede Wayuri fizeram a primeira cobertura 100% indígena de uma eleição municipal no Brasil. © Juliana Radler / ISA

4 | E AGORA?

O fortalecimento do jornalismo local, livre, plural e independente deve ocupar uma posição central nas discussões nacionais e internacionais sobre as estratégias de preservação da Amazônia.

O Estado brasileiro, as organizações internacionais, as agências de cooperação e de desenvolvimento, as fundações filantrópicas e todas as instituições engajadas no enfrentamento da crise climática na Amazônia também devem estar implicadas na consolidação de um ecossistema midiático local e plural.

Nesse sentido, a RSF apresenta cinco pistas para o desenvolvimento de políticas ativas que podem contribuir com o avanço de um ambiente mais favorável para o jornalismo comprometido com as questões climáticas na região.

> 1. Defender uma informação confiável, independente e plural no centro dos programas de proteção ao meio ambiente na Amazônia

excelente oportunidade para ampliar a capacidade do Estado para implementar ações que visem garantir a segurança dos jornalistas na região da Amazônia.

O Estado brasileiro, e os líderes mundiais atentos a questão da agenda climática devem materializar suas declarações de boas intenções pela implementação de medidas eficientes que garantam o aprofundamento do direito à liberdade de expressão na Amazônia, considerando os jornalistas e comunicadores - assim como os povos indígenas, as comunidades tradicionais e os ambientalistas - como atores essenciais para a preservação do meio ambiente.

O Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, criado em 2023 pelo Ministério da Justiça, também é um espaço que pode contribuir com a produção de dados que ajudem a guiar políticas públicas com o objetivo de fortalecer estratégias de prevenção e proteção.

> 2. Desenvolver políticas de prevenção e proteção de jornalistas que trabalham com temas sensíveis na região

O governo federal deve adotar medidas urgentes para fortalecer o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). Como principal política de proteção a jornalistas e comunicadores ameaçados no país, esse mecanismo deve ser aprimorado. Recursos humanos e financeiros são necessários.

> 3. Promover um ecossistema midiático plural e financeiramente sustentável

Um dos maiores desafios identificados pelos jornalistas entrevistados para este relatório é a falta de recursos financeiros para realizar projetos e iniciativas jornalísticas em favor do meio ambiente. Muitos relatam falta de interesse dos anunciantes (ou sua interferência editorial) e concentração de contribuições filantrópicas em projetos jornalísticos em outras partes do país. De modo geral, o jornalismo local não é visto como uma prioridade para organizações privadas ou agências de cooperação, que tendem a investir em projetos de outra natureza na região.

A Mesa de Trabalho Conjunta criada em agosto de 2023 pelo governo brasileiro, organizações da sociedade civil e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no âmbito das medidas cautelares outorgadas pela CIDH no caso do assassinato de Dom Phillips e Bruno Araújo Pereira, é uma

É fundamental que haja maior estímulo econômico para o apoio e a proliferação de organizações locais de mídia, com especial atenção às iniciativas lideradas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Essas ações podem envolver financiamento público (com critérios técnicos, e não políticos), por meio de editais, prêmios e outras políticas de incentivo dos go-

vernos federal, estadual e municipal – sendo a elegibilidade de projetos jornalísticos no âmbito do Fundo Amazônia um exemplo concreto –, ou privado, com ampliação de projetos de fundações e outros atores filantrópicos voltados para ações nessa área.

Essas iniciativas também podem ser combinadas com o apoio ao fortalecimento da capacidade administrativa e gerencial, à captação de recursos, ao desenvolvimento de modelos de negócios e à diversificação das fontes de financiamento. O Programa de Apoio ao Jornalismo (PAJOR), por exemplo, desenvolvido pela RSF com o intuito de fortalecer os ecossistemas de mídia local no Brasil, combina microfinanciamento com apoio consultivo e de mentoria em áreas estratégicas de iniciativas de parceiros locais.

> 4. Fortalecer programas de educação midiática e de combate à desinformação na Amazônia

Diante de todas as dificuldades enfrentadas por jornalistas e comunicadores da região, a indústria da desinformação prospera livremente, atuando contra a proteção da floresta e de seus povos. Sem informações confiáveis, não será possível proteger a floresta. Da mesma forma, é necessário trabalhar para o reconhecimento e a valorização do trabalho jornalístico na Amazônia – já que, longe dos grandes centros, os jornalistas independentes e a mídia local sofrem estigmatização

e preconceito, e muitas vezes nem sequer são considerados parte da imprensa.

Além de fortalecer o trabalho dos jornalistas e da mídia, também é essencial promover mais projetos de formação e pesquisa na região, voltados para diferentes públicos. O Estado pode mobilizar iniciativas dentro das escolas, com atividades de conscientização sobre o jornalismo, o mercado de informação e o papel da mídia, ou dentro de universidades locais, com mais investimentos no setor de jornalismo.

> 5. Ampliar o trabalho de monitoramento de casos de ataques à imprensa na Amazônia realizado pela RSF

Este relatório faz parte de um projeto de Observatório que segue com os trabalhos ao menos até julho de 2024. No próximo ano, será realizada uma análise da metodologia e das estratégias adotadas na perspectiva de reduzir a subnotificação de casos levantados. Para isso será essencial, por exemplo, ampliar as redes de contatos com jornalistas de outras regiões da Amazônia, em particular nos estados do Maranhão, do Acre e do Tocantins.

A RSF continuará a acompanhar casos de ataques contra a imprensa destacando a situação da Amazônia Legal, na perspectiva de mobilizar agentes públicos e privados para a relevância do papel desempenhado por jornalistas locais que, com poucos recursos e reconhecimento, produzem informações na linha de frente de uma das maiores crises do nosso tempo.



Comunicador indígena Moisés Baniwa entrevista mestre Luís Laureano Baniwa sobre as eleições.
© Juliana Radler/ISA



Jeso Carneiro, blogueiro em Santarém (PA).
© Daniel Giovanaz/RSF



Daniela Patrícia, indígena do povo Tukano e comunicadora da Rede Wayuri, entrevista Joaquina Marques, da etnia Dâw, durante as eleições em São Gabriel da Cachoeira. © Paulo Desana/Rede Wayuri



REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS atua pela liberdade, a independência e o pluralismo no jornalismo. Dotada de um status consultivo junto à ONU e à UNESCO, a organização, baseada em Paris, conta com 13 escritórios e seções no mundo e correspondentes em mais de 130 países.